

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 524.132 - RS (2019/0222321-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MAURICIO ADAMI CUSTODIO E OUTROS
ADVOGADOS : IVANDRO BITENCOURT FEIJÓ - RS079779
MAURÍCIO ADAMI CUSTÓDIO - RS084920
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RODRIGO MARTINS ROTILI (PRESO)
PACIENTE : CLAIRTON GHENO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO MARTINS ROTILI e CLAIRTON GHENO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O paciente CLAIRTON GHENO foi condenado pela prática dos crimes de roubo e resistência, tipificados no art. 157, § 2º, inc. II e § 2º-A, inc. I, e art. 329, *caput*, na forma do art. 69, *caput*, todos do CP, à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 49/50) e o paciente RODRIGO MARTINS ROTILI foi condenado pelos mesmos crimes, com a agravante de reincidência, à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 51/52).

Argumenta-se que há excesso de prazo para julgamento da apelação, uma vez que a remessa ao Tribunal ocorreu em 23/5/2019 e, até a presente data, não houve apreciação, requerendo a concessão da ordem, para efeito de relaxar a prisão preventiva dos pacientes, sem prejuízo de implementação de cautelares alternativas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela denegação da ordem.

Na origem, o processo n. 0141338-88.2019.8.21.7000, encontra-se conclusos para julgamento ao relator desde 1/8/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 27/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Quanto à alegação de excesso de prazo, sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de apelação não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de

Superior Tribunal de Justiça

razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Conforme andamento processual do *site* do Tribunal de origem, constata-se que os pacientes foram presos em flagrante em 9/7/2018, convertido em preventiva no dia 10/7/2018, e sentenciados em 9/4/2019.

Foram interpostos recursos de apelação por Rodrigo, Mateus e Clairton, com recebimento em 29/4/2019 e remessa ao Tribunal de Justiça em 23/5/2019, no qual foi cadastrado em 28/5/2019, com juntada de razões recursais em 12/6/2019, conclusos em 25/6/2019, convertido em diligência em 10/7/2019, e novamente concluso em 1/8/2019.

Nesse contexto, verifica-se que o recurso esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, apesar de se ter sido necessária a realização de diligência, não se verificando desídia por parte do Estado.

Ademais, ainda que os pacientes estejam presos desde 10/7/2018, verifica-se que a custódia cautelar não se revela desproporcional diante das penas aplicada de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão ao paciente Clairton Gheno e de 10 anos de reclusão ao paciente Rodrigo Martins Rotili, além de o feito já se encontrar em conclusão ao relator para julgamento.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da perseguição criminal desenvolvida.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator